

MINUTA PARA DISCUSSÃO PRELIMINAR

DECRETO Nº

, DE..... DE ..... DE 2009

Regulamenta disposições da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que rege o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá outras providências.

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Artigo 15, da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009,

Decreta:

Artigo 1º - O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, criado pelo Decreto nº 20.903, de 26 de abril de 1983, na condição de órgão consultivo, normativo e recursal, nos termos da letra “a” do Parágrafo único do Artigo 193 da Constituição do Estado de São Paulo e regido pela Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, integra o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA e passa a funcionar nos termos deste Decreto.

Artigo 2º - São atribuições do CONSEMA:

I - estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental, **por iniciativa própria ou mediante proposta dos demais órgãos ou entidades integrantes do SEAQUA;**

II - opinar sobre a prevenção da poluição e de outras formas de degradação ambiental, sem prejuízo das competências atribuídas aos demais órgãos integrantes do SEAQUA;

III - emitir pronunciamento prévio a respeito da Política Estadual do Meio Ambiente e acompanhar sua execução;

IV - avaliar as políticas públicas com relevante impacto ambiental e propor mecanismos de mitigação e recuperação do meio ambiente;

V - manifestar-se sobre a Avaliação Ambiental Estratégica das políticas, planos e programas ambientais;

VI - apreciar Estudos de Impacto Ambiental - EIA e seus respectivos Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA, por solicitação do Secretário do Meio Ambiente ou por decisão do Plenário, mediante requerimento de um quarto de seus membros;

VII - manifestar-se sobre a instituição de espaços especialmente protegidos e zoneamentos ecológico-econômicos, bem como sobre a instituição de planos de manejo das unidades de conservação;

VIII - incentivar a criação e o funcionamento institucional dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;

IX - decidir, em instância administrativa, os recursos a respeito de matérias que lhe forem submetidos para apreciação.

X - solicitar informações aos órgãos e às entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado, da União e dos Municípios, cujas atividades estejam relacionadas com a proteção da qualidade ambiental, o disciplinamento e o controle do uso dos recursos ambientais, assim como aos responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle de fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental;

XI - apreciar o Relatório Anual da Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo, emitindo manifestação conclusiva, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 16 da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;

XII - conduzir audiências públicas para debates de processos de licenciamento ambiental sujeitos a EIA/RIMA, de criação de unidades de conservação, ou de qualquer outra questão de interesse ambiental, nas hipóteses previstas no § 5º do artigo 19 da Lei nº 9.509 de 20 de março de 1997;

XIII - criar ou extinguir Comissões Temáticas e Câmaras Regionais, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente;

XIV - estabelecer normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observado o que for estabelecido pelo CONAMA;

XV - acompanhar o desenvolvimento de projetos e atividades relacionados com o meio ambiente, por solicitação do Presidente do Conselho;

XVI - aprovar e alterar seu regimento interno.

§ 1º - Os órgãos e entidades integrantes do SEAQUA poderão expedir normas técnicas específicas e suplementares no âmbito de suas atribuições;

§ 2º - Das decisões proferidas pelos órgãos de fiscalização que resultem em aplicação de penalidade de multa caberá recurso ao CONSEMA, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - O recurso de que trata o parágrafo anterior será dirigido ao órgão responsável pela aplicação da penalidade, o qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, e após exame prévio de admissibilidade, o encaminhará devidamente instruído ao CONSEMA.

§ 4º - O CONSEMA não poderá modificar a penalidade aplicada para agravar a situação do recorrente.

§ 5º - O recurso interposto na forma prevista nos parágrafos anteriores será recebido com efeito suspensivo.

§ 6º O Regimento Interno do CONSEMA disciplinará os requisitos e procedimentos para o processamento dos recursos.

§ 7º - O recurso não será conhecido quando interposto:

- I - fora do prazo;
- II - perante órgão ambiental incompetente;
- III - por quem não seja legitimado.

§ 8º - Após o julgamento, o CONSEMA restituirá os processos ao órgão ambiental de origem, para que efetue a notificação do interessado, dando-lhe ciência da decisão proferida.

§ 9º - As multas estarão sujeitas à atualização monetária desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

§ 10 - Os recursos, que poderão ser interpostos pelo infrator, deverão explicitar o seu objeto e vir acompanhados da respectiva fundamentação, obedecidas as demais exigências estabelecidas pelo Regimento Interno, sob pena de serem indeferidos de plano pelo Presidente do CONSEMA.

§ 11 - As decisões dos recursos proferidas pelo CONSEMA terão o caráter terminativo.

Artigo 3º - Para o cumprimento de suas atribuições, o CONSEMA terá a seguinte estrutura:

- I - Presidência;
- II - Secretaria Executiva;
- III - Plenário;
- IV - Comissões Temáticas;
- V - Câmaras Regionais.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria do Meio Ambiente prover suporte administrativo, financeiro e operacional ao Conselho, como unidade integrante do Gabinete do Secretário.

Artigo 4º - O CONSEMA será presidido pelo Secretário do Meio Ambiente que terá como suplente o Secretário-Adjunto da Pasta.

Parágrafo único - O Secretário-Executivo do Conselho substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Artigo 5º - O Presidente do CONSEMA terá as seguintes atribuições, além daquelas que decorrem de suas funções ou prerrogativas:

- I - Representar o CONSEMA;

II - Dar posse e exercício aos conselheiros;

III - Presidir as reuniões do Plenário;

IV - Votar como conselheiro e exercer o voto de qualidade;

V - Resolver as questões de ordem nas reuniões do Plenário;

VI - Determinar a execução das deliberações do Plenário, por meio do Secretário-Executivo;

VII - Convocar ou convidar pessoas ou representantes de entidades para participar das reuniões plenárias do CONSEMA, sem direito a voto;

VIII - Tomar medidas de caráter urgente submetendo-as, na reunião imediata, à homologação do Plenário;

IX - Delegar atribuições de sua competência.

Artigo 6º - A Secretaria Executiva atuará como unidade de apoio, encarregada de desempenhar atividades administrativas e propiciar os meios necessários para o adequado funcionamento do CONSEMA, dando o encaminhamento adequado às suas deliberações e recomendações, em especial:

I - Agendar e preparar as reuniões do Plenário e das Comissões Temáticas, assim como as audiências públicas previstas no inciso XIII do artigo 2º deste decreto;

II - Preparar a instrução de processos e expedientes que tramitem pelo CONSEMA;

III - Acompanhar e manter atualizada a legislação e demais publicações de interesse do CONSEMA;

IV - Fornecer subsídios para que o CONSEMA possa contribuir para a elaboração legislativa de atos relacionados à sua área de atuação;

V - Organizar e manter sistemas de acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas pelo Plenário, pelas Comissões Temáticas e pelas Câmaras Regionais;

VI – Dar suporte à organização das Câmaras Regionais;

VII – Receber e dar o devido encaminhamento às proposições encaminhadas pelas Câmaras Regionais.

Artigo 7º - A Secretaria Executiva será integrada pelo Núcleo de Apoio Operacional e pelo Núcleo de Documentação e Consulta, cujas atribuições serão definidas pelo Regimento Interno.

Artigo 8º - A Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA será dirigida pelo Secretário-Executivo, que se reportará ao Presidente do Conselho.

Parágrafo único - As funções de Secretário-Executivo do CONSEMA, de seu substituto eventual e dos responsáveis pelos Núcleos previstos no artigo 7º serão exercidas mediante designação do Secretário do Meio Ambiente.

Artigo 9º - Compete ao Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA:

- I - assistir ao Presidente do CONSEMA no desempenho de suas funções;
- II - providenciar a instrução de expedientes e processos a serem submetidos à consideração do Presidente ou à deliberação do Plenário;
- III - propor o desenvolvimento de projetos, programas e atividades de interesse do CONSEMA;
- IV - conduzir e secretariar as reuniões do Plenário, lavrando as respectivas atas;
- V - providenciar a divulgação, no Diário Oficial do Estado, das decisões do CONSEMA;
- VI – acompanhar os trabalhos das Câmaras Regionais.

Artigo 10 - O Plenário é o órgão superior de deliberação do CONSEMA e será constituído na forma do Artigo 11 deste decreto.

Parágrafo único - As decisões do CONSEMA serão formalizadas por meio de deliberações, publicadas no Diário Oficial do Estado.

Artigo 11 - O Plenário do CONSEMA terá composição paritária entre órgãos e entidades governamentais do Estado de São Paulo e não governamentais com sede no Estado, e será integrado por 36 (trinta e seis) membros e seus respectivos suplentes, na seguinte conformidade:

- I - O Secretário do Meio Ambiente, que o presidirá;
- II – 17 representantes de órgãos e entidades governamentais, sendo:
  - a) Um da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA;
  - b) Um da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN;
  - c) Um da Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi;
  - d) Um da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA (?);
  - e) Um da Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
  - f) Um da Secretaria de Saneamento e Energia;

- g) Um da Secretaria de Economia e Planejamento;
- h) Um da Secretaria da Saúde;
- i) Um da Secretaria da Habitação;
- j) ~~Um da Secretaria da Educação;~~
- k) Um da Secretaria da Cultura (Condephaat !!!);
- l) Um da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania;
- m) Um da Secretaria dos Transportes Metropolitanos;
- n) Um da Secretaria de Desenvolvimento;
- o) Um da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria de Segurança Pública;
- p) Um da Secretaria dos Transportes;
- q) Um da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- r) Um da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;
- s) Um da Fundação Florestal [(?)Alguém terá que sair];

III -18 representantes de entidades não governamentais, sendo:

- a) Um da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;
- b) Um do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA;
- c) Um da Associação Paulista de Municípios – APM;
- d) Um da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- e) Um do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos do Estado de São Paulo;
- f) Um das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (USP, UNESP, UNICAMP), indicado pelo Conselho de Reitores;
- g) Um das Universidades Particulares com sede no Estado de São Paulo, indicado por órgão de representação dessas entidades de ensino superior;
- h) Um da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
- i) Um do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB;
- j) Um da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES;
- k) Um do Instituto de Engenharia – IE (?);
- l) ~~Um da Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – PGJ;~~
- m) Um da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP (?);
- n) Seis eleitos pelas entidades ambientalistas.

§ 1º - Somente poderão eleger representantes as entidades ambientalistas constituídas há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil, desde que comprovem atuação efetiva na defesa ou preservação do meio ambiente, com regular cadastro junto à Secretaria do Meio Ambiente, **na forma do Regimento Interno;**

§ - 2º - A Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo – PGJ participará das reuniões do CONSEMA, sem direito a voto.

Artigo 12 - O Governador do Estado nomeará os membros titulares e suplentes do CONSEMA, indicados pelos dirigentes das entidades e dos órgãos representados.

§ 1º - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 2º - Concluídos os mandatos, os membros do CONSEMA permanecerão no exercício de suas funções pelo prazo necessário à posse dos novos designados.

§ 3º - No caso de vacância, antes do término do mandato de membro do CONSEMA, far-se-á nova designação para o período restante.

§ 4º - É facultada, a qualquer tempo, a dispensa de membro do CONSEMA pelo Governador do Estado, salvo quando se tratar de representante de entidade não governamental, o qual somente poderá ser dispensado após expressa e formal comunicação da entidade representada contendo a indicação de novo titular ou suplente.

§ 5º - Será deliberada pelo Plenário a eventual exclusão do CONSEMA de membro titular ou suplente que:

- a) não comparecer, durante o exercício do mandato, a duas reuniões plenárias seguidas ou a quatro alternadas sem justificativa;
- b) tiver procedimento incompatível com a dignidade da função, auferindo (ou auferir?) vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

§ 7º - A função dos conselheiros do CONSEMA não será remunerada, sendo considerada serviço de natureza relevante.

§ 8º - O CONSEMA poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto:

- a) representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas, cuja participação seja considerada importante em razão da matéria em discussão;
- b) pessoas que por seus conhecimentos ou experiências profissionais possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Artigo 13 - Aos membros do Plenário, representantes de entidades ambientalistas sediadas no interior do Estado, fica assegurado o custeio de despesas de deslocamento para o comparecimento às reuniões ordinárias constantes do calendário ou de convocação extraordinária, na forma que dispuser seu regimento interno.

Parágrafo único - As despesas mencionadas no “caput” deste artigo serão custeadas com recursos próprios da Secretaria do Meio Ambiente.

Artigo 14 - Cabe às Comissões Temáticas analisar e propor ao Plenário normas e medidas destinadas à gestão da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único - As Comissões Temáticas terão sua composição, suas atribuições e funcionamento definidos no ato de sua criação, na forma a ser disciplinada pelo regimento interno do CONSEMA.

Artigo 15 - As Câmaras Regionais constituem órgãos colegiados consultivos encarregados da discussão e da elaboração de normas e de políticas ambientais de suas respectivas áreas territoriais de competência, a serem apreciadas pelas Comissões Temáticas ou pelo Plenário, **visando atender às peculiaridades locais ou regionais.**

§ 1º - As Câmaras Regionais serão instaladas em regiões do Estado que compreendem uma ou mais Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI.

**§ 2º - As Câmaras Regionais serão compostas por representantes de órgãos e entidades regionais ou regionalizados do setor público estadual, do setor público municipal e da sociedade civil.**

**§ 3º - O número de membros das Câmaras Regionais e sua respectiva composição serão estabelecidos na forma do Regimento Interno.**

**§ 4º - Os membros das Câmaras Regionais serão designados pelo Presidente do Consema.**

**§ 5º - As unidades do SEAQUA localizadas no município sede da Câmara Regional darão todo o suporte necessário ao funcionamento da respectiva Câmara.**

Artigo 16 - O regimento interno do CONSEMA disporá sobre a organização, o funcionamento, as atribuições e outras matérias de interesse do Plenário, das Comissões Temáticas e das Câmaras Regionais.

#### **Disposição Transitória**

**Artigo único – Os atuais conselheiros, designados nos termos da legislação anterior, permanecerão no exercício dos seus mandatos até a posse dos novos conselheiros designados nos termos deste decreto.**

Artigo 17 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, .... de ... de 2009

JOSÉ SERRA  
Governador do Estado